



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO
NO BRASIL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (2018- 2022)**

Luiza Alexandre Correa

Lajeado/ RS, novembro de 2023

Luiza Alexandre Correa

**ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO
NO BRASIL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (2018- 2022)**

Monografia apresentada no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Martim de
Conto

Lajeado, novembro de 2023

Luiza Alexandre Correa

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (2018- 2022)

A banca examinadora abaixo aprova a monografia apresentada na disciplina de Estágio Supervisionado em Contabilidade II, do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis:

Prof. Dr. Samuel Martim De Conto- orientador
Universidade do Vale do Taquari- Univates
Profa. Ma. Joice Inês Kist
Universidade do Vale do Taquari- Univates

Profa. Dr. Fernanda Cristina Wiebusch Sindelar
Universidade do Vale do Taquari- Univates

RESUMO

O spread bancário é a diferença entre as taxas de juros cobradas pelos bancos aos tomadores de empréstimos e as taxas pagas aos poupadores. Esse conceito é muito importante para a economia do país, uma vez que os empréstimos concedidos pelos bancos financiam os investimentos necessários para o crescimento econômico do país. Sendo assim, este estudo tem o objetivo de identificar os determinantes da composição no spread bancário no Brasil e os fatores que influenciaram o nível do spread nos últimos cinco anos. Para isso, foi apresentado um breve histórico do que é o spread bancário, como é aplicado e suas variações. Os resultados apontam que indicadores macroeconômicos e microeconômicos influenciam na decomposição do spread, porém, no período analisado, o índice de inadimplência se destacou, em virtude da pandemia do Coronavírus que iniciou em 2020, e das mudanças no cenário político, do desemprego e da redução da renda familiar.

Palavras chaves: Spread Bancário. Banco Central. Decomposição do spread. Juros.

ABSTRACT

The banking spread is the difference between the interest rates charged by banks to loan recipients and the rates paid to savers. This concept is crucial for the country's economy, as the loans granted by banks fund the necessary investments for the economic growth of the country. Therefore, this study aims to identify the determinants of the composition of the banking spread in Brazil and the factors that influenced the spread level in the last five years. For this purpose, a brief history of what the banking spread is, how it is applied, and its variations was presented. The results indicate that macroeconomic and microeconomic indicators influence the decomposition of the spread; however, during the analyzed period, the default rate stood out due to the Coronavirus pandemic that began in 2020 and changes in the political scenario, unemployment, and a reduction in family income.

Keywords: Banking Spread, Central Bank, Spread Decomposition, Interest Rates.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Aperfeiçoamentos metodológicos adotados pelo Bacen para a decomposição do spread bancário.....	24
Tabela 2 - Decomposição do Indicador de Custo do Crédito 1	28
Tabela 3 - Decomposição do Indicador de Custo do Crédito 2	28
Tabela 4 - Decomposição do <i>spread</i> e apresentação do cálculo.....	36
Em proporção (%) do <i>spread</i> 3	36
Tabela 5 - Decomposição do <i>spread</i> e apresentação do cálculo 4.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Decomposição do Spread 2018.....	37
Gráfico 2 – Decomposição do Spread 2019.....	38
Gráfico 3 – Decomposição do Spread 2020.....	40
Gráfico 4 – Decomposição do Spread 2021.....	41
Gráfico 5 – Decomposição do Spread 2022.....	42
Gráfico 6 – Decomposição do Spread no período de 2018-2022.....	43
Gráfico 7 – Participação das instituições financeiras líderes em financiamentos rurais e agro PF e PJ em 2022	45
Gráfico 8 – Participação das Instituições líderes em crédito pessoal com consignação em folha PF e PJ em 2022.....	45
Gráfico 9 – Participação das instituições líderes em crédito pessoal sem consignação em folha PF em 2022	46
Gráfico 10 – Participação das instituições líderes em financiamento de veículos PF em 2022	47
Gráfico 11 – Participação das instituições líderes em financiamentos habitacionais PF e PJ em 2022.....	47
Gráfico 12 – Participação das instituições líderes em capital de giro em 2022.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição e segmentos do Sistema Financeiro Nacional	13
Quadro 2 - Síntese dos Estudos Sobre Determinantes do Spread Bancário no Brasil	23
Quadro 3 - Quadro dos objetivos, referências e as variáveis analisadas	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Tema e delimitação do tema.....	9
1.2 Problema de pesquisa	9
1.3 Objetivo geral	9
1.4 Objetivos específicos.....	10
1.5 Justificativa.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Sistema Financeiro Nacional.....	12
2.2 Taxa de juros e Taxa de captação	16
2.3 <i>Spread</i> Bancário	17
2.4 <i>Spread</i> ex-ante e ex-post	20
2.5 Determinantes do <i>spread</i> bancário pela metodologia do Banco Central.....	24
2.5.1 Análise do Indicador de Custo do Crédito (ICC)	26
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
3.1 Tipo de pesquisa	29
3.2 Caracterização da pesquisa quanto ao modo de abordagem	29
3.3 Caracterização da pesquisa quanto aos objetivos	30
3.4 Caracterização da pesquisa segundo os procedimentos técnicos	30
3.5 Plano de coleta e análise de dados	32
3.6 Limitações da pesquisa	33
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	34
4.1 Indicadores que caracterizam o <i>spread</i> bancário no Brasil	34
4.2 Determinantes da Decomposição do cálculo do <i>spread</i> bancário no Brasil	35
4.3 Variações do <i>spread</i> bancário nos últimos cinco anos.....	37
4.4 Análise da participação dos bancos nas linhas de crédito	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50

REFERÊNCIAS.....52

1 INTRODUÇÃO

As elevadas taxas de juros em empréstimos praticadas no Brasil possuem destaque em discussões em trabalhos acadêmicos e em sites de notícias, porém, não é de conhecimento da maioria das pessoas o que está por trás disso. Segundo Ferreira (2019), o *spread* bancário é um dos índices que influenciam a taxa de juros e a remuneração dos bancos nas operações de crédito. A origem da palavra *spread* é inglesa e significa “espalhar” ou “propagar”. Entretanto, no setor econômico, o *spread* trata-se de um indicador significativo da eficiência do sistema financeiro, visto que representa o custo da atividade de intermediação financeira entre os agentes superavitários e os agentes deficitários de uma economia.

Resumidamente, o Banco Central apresenta explicação do *spread*, que é a diferença entre o que o banco paga ao aplicador para captar um recurso e o quanto esse banco cobra para emprestar esse mesmo dinheiro. Sob uma ótica comercial, quanto maior for a diferença (*spread*), maiores serão os lucros da operação para esse banco. O entendimento da composição do *spread* exige detalhamento dos elementos que o compõem. Segundo Fiche (2015), o *spread* não é de forma direta o lucro geral das instituições financeiras, pois inclui também as despesas gerenciais que são geradas para dispor crédito, despesas administrativas, impostos, inadimplência, entre outras.

Pensando nisso, as transações de crédito e os índices dos juros bancários possuem influência no crescimento econômico de um país, pois, quanto menor o nível de juros bancários, maior a demanda e procura por financiamento e,

consequentemente, maior o consumo e o investimento (Cavalcanti; Gutierrez; Figueiredo, 2021).

Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comprovam que o nível de crédito em relação ao PIB brasileiro é baixo ao ser comparado ao resto do mundo. No entanto, com base na pesquisa da Federação das indústrias do Estado São Paulo (Fiesp) e o centro das indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), realizada em fevereiro de 2023, o *spread* no Brasil é 14,5 vezes maior que a média dos cinco países com os quais é possível fazer comparações, sendo eles Suécia, Nova Zelândia, Malásia, Chile e Itália, pois utilizam a mesma metodologia do Brasil.

Quanto ao mercado financeiro brasileiro, ponto importante ao pensar-se em *spread*, mostrou fortalecimento com o triunfo do Plano real em 1994, pois proporcionou ao país uma moeda forte, a queda nas oscilações da inflação e, consequentemente, uma estabilidade econômica, viabilizando espaço no mercado para o setor bancário, e elevando consideravelmente o PIB. (Afonso; Köhler; Freitas, 2009).

O Banco Central do Brasil utiliza da política monetária para fiscalizar o ritmo do funcionamento econômico e, consequentemente, o nível de inflação, determinando o custo do dinheiro no mercado interbancário. Os bancos precificam a taxa de juros das operações de crédito por influência direta do custo da captação. Assim sendo, entender quais fatores são relevantes para formação do *spread* é fundamental para que a política monetária tenha o efeito esperado, influenciando no funcionamento da economia de modo positivo (Assis, 2019).

O *spread* possui características, composição, origem da informação e fatores específicos que são objeto de estudo de diversas pesquisas já publicadas em nível nacional e internacional. No Brasil, os principais estudos sobre o assunto foram realizados pelo Banco Central, que consolidou as informações das diversas instituições financeiras utilizando como origem da informação o *spread* ex-post das operações com recursos livres no sistema financeiro nacional. Como variáveis independentes, geralmente são utilizadas fontes macroeconômicas (Dantas, Medeiros e Capelletto, 2012).

Assim sendo, nos últimos cinco anos, de 2018 a 2022, pode-se analisar que a economia brasileira sofreu incertezas, deixando o cenário mais instável. A partir desse contexto, o presente estudo avançou nessas discussões, constatando as variáveis determinantes do spread bancário no Brasil, considerando os indicadores históricos, para compreender o cenário atual. Na sequência desta seção, apresenta-se o tema e sua delimitação, problema de pesquisa, objetivos e a justificativa.

1.1 Tema e delimitação do tema

O tema, relaciona-se ao *spread* bancário, sua análise das variáveis e influências no cenário econômico, com relação ao custo final do dinheiro ao tomador de empréstimos oriundos de instituições financeiras do Brasil, com delimitação do período de 2018 a 2022.

1.2 Problema de pesquisa

Atualmente no Brasil, em decorrência da instabilidade dos preços, incertezas políticas e reflexos da pandemia do Covid-19, as expectativas estavam instáveis com a redução no custo dos empréstimos bancários praticados pelas instituições financeiras.

Com base neste contexto, este estudo tem como problema de pesquisa: Como se comportou o *spread* bancário no período de 2018 a 2022?

1.3 Objetivo geral

Analisar a variação do *spread* bancário do sistema financeiro nacional no período de 2018 a 2022.

1.4 Objetivos específicos

- a) Indicar as características dos *spreads* bancários no Brasil;
- b) Detectar a decomposição do cálculo do *spread*;
- c) Identificar as causas das variações no *spread* dos últimos cinco anos;
- d) Analisar a participação dos bancos nas linhas de crédito.

1.5 Justificativa

Os componentes que respondem pelo elevado *spread* bancário no Brasil têm sido alvo de diversas análises nos últimos anos. Assim, este projeto de pesquisa tem por finalidade compreender os índices que constituem o *spread*, através da análise dos fatores relevantes publicados pelo Banco Central do Brasil que, atualmente, utiliza a metodologia da informação *ex-post*. Portanto, o presente trabalho justifica-se pela busca por simplificar os termos utilizados e compreender como o tema está relacionado com o funcionamento da economia brasileira, visto que, em muitas situações, os indicadores microeconômicos e macroeconômicos que influenciam o índice do *spread* e, assim, o custo real da operação, são desconhecidos pelo tomador de crédito, ou pelo investidor.

O crédito para o setor financeiro possui relevância, independentemente do âmbito, pois atinge os campos e os agentes econômicos, seja no setor público ou privado, consumidor ou investidor. A necessidade de financiamento ou investimento ocorrerá em determinado momento, visto que a sociedade possui desejos e anseios. (Prudente, 2019).

Com o passar dos anos, pode-se observar a modernização do setor financeiro. Por exemplo, não há mais a necessidade de ir presencialmente a uma agência bancária para a efetivação de um contrato de empréstimo. O acesso ao crédito para todos é livre, porém, no momento em que é solicitado a um agente financeiro a simulação de crédito, o sistema automaticamente realiza a análise de indicadores para

a aprovação, tratando-se, inicialmente, de índices pessoais como renda comprovada, histórico sem apontamentos financeiros e capacidade de pagamento.

No entanto, o custo real da operação para o cliente, assim como a remuneração do operador financeiro estará pré ou pós-fixado na taxa de juros da operação e a instituição financeira determinará o *spread*, pois além da instituição obter a remuneração da operação através da taxa de juros, é no *spread* apresentado em estará a remuneração de fato.

As instituições financeiras realizam a intermediação entre os agentes deficitários e superavitários, buscando, assim, adquirir remuneração nesse processo através do índice de *spread* da operação, porém, o cálculo deste indicador depende de certos fatores que podem alterar de um ano para o outro. Neste sentido, a pesquisa busca identificar esses fatores nos últimos cinco anos.

A motivação para a realização deste trabalho é de interesse pessoal, uma vez que a autora exerce profissão em um banco privado. Desta forma, esse trabalho foi realizado com o pressuposto de permitir o desenvolvimento de um tema pouco abordado durante a graduação, agregando os conhecimentos adquiridos no âmbito profissional utilizados no dia-a-dia, contribuindo para a compreensão e aperfeiçoamento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta uma revisão bibliográfica sobre os mais significativos tópicos relacionados a esse trabalho de conclusão de curso. Abordando assuntos a respeito do Sistema Financeiro Nacional, taxas de juros, mensuração do *spread* bancário e fatos históricos relevantes da economia brasileira com relação ao principal assunto do trabalho.

2.1 Sistema Financeiro Nacional

Com a finalidade de redistribuir recursos dos intermediários econômicos superavitários para os deficitários, o Sistema Financeiro Nacional, ou SFN, é um grupo de organizações e ferramentas financeiras. Segundo Cavalcante (2002), o Sistema Financeiro gera meios para que os títulos e valores mobiliários possuam uma fluidez nos negócios. A instituição do Banco do Brasil iniciou as ligações com o comércio com países europeus foram feitas, em 1808, com a chegada da família real no Brasil, o que despertou a necessidade de um intermediário financeiro.

Após 13 anos no Brasil, o retorno da família real para Portugal, em conjunto com a baixa exportação brasileira, originou um abalo no Banco do Brasil, que teve que finalizar suas tarefas em 1829, tendo sua liquidação em 1833, e com isso, outras instituições deram início aos seus trabalhos. Entretanto, nem todas tiveram sucesso e também tiveram que finalizar suas atividades. Em seguida, depois de 18 anos, o Banco do Brasil, através de uma fusão bancária com bancos estaduais, restabeleceu suas atividades mediante a ajuda de Barão de Mauá (Vieira et. al, 2012).

A partir deste período, o mercado financeiro foi se aperfeiçoando e modernizando. Na década de 1960, a legislação bancária brasileira alcançou uma melhoria. Juntamente com a reforma bancária de 1964, pela Lei 4.595, iniciou-se o

Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BCB). Estas novas organizações determinaram os meios e métodos das instituições financeiras privadas e públicas. A percepção das atividades constantes do mercado cambial é uma atribuição do BCB, conforme a lei (Berquó, 2006).

A definição de instituição financeira é dada pela Lei Federal nº 4.595/64, em seu artigo 17.

Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros (Constituição Federal, Art. 17, 1964).

O sistema financeiro é a união de órgãos que regulamenta, fiscaliza e executa operações necessárias para a movimentação da moeda e do crédito na economia. A segmentação do sistema financeiro é realizada de acordo com o ramo de atividade, as quais são classificadas como: mercado monetário, mercado de crédito, mercado de câmbio, mercado de capitais, mercado de seguros, mercado de previdência aberta, mercado de capitalização e mercado de previdência complementar fechada (Abreu; Silva, 2017).

Conforme apresentado no Quadro 1, o subsistema operacional é composto por instituições diligentes à execução das atividades finalísticas do Sistema Financeiro Nacional, especificamente as instituições financeiras e os demais intermediários financeiros a elas equiparadas, que realizam a captação e comercialização de recursos disponíveis (Abreu; Silva, 2017).

Quadro 1 - Composição e segmentos do Sistema Financeiro Nacional

	Moeda, crédito, capitais e câmbio Seguros privados	Seguros privados	Previdência fechada
Órgãos normativos	CMN- Conselho Monetário Nacional	CNSP- Conselho Nacional de Seguros Privados	CNPC- Conselho Nacional de Previdência Complementa

(Continua...)

(Conclusão)

Supervisores	BCB- Banco Central do Brasil	CVM- Comissão de Valores Mobiliários	SUSEP- Superintendência de Seguros Privados	PREVIC- Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Operadores	Bancos e caixas econômicas, administradora de consórcios, Cooperativa de crédito, corretoras e demais instituições bancárias	Bolsas de valores, Bolsas de mercadorias e futuros	Seguradoras e resseguradoras, entidades abertas de previdência, sociedades de capitalização	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)

Fonte: Adaptado Banco Central do Brasil.

No presente trabalho, o sistema de mercado de crédito é abordado, o qual possui como órgão normativo o Conselho Monetário Nacional (CMN) e é supervisionado pelo Banco Central do Brasil (BCB). Os sistemas operadores são classificados em instituições monetárias que se dividem como: Bancos Comerciais, Bancos Múltiplos, Cooperativas de Crédito e Agentes Especiais.

Os Bancos Comerciais são instituições tradicionais que apresentam serviços como abertura de conta corrente, cheques e cartões, sendo que os dois primeiros citados são serviços específicos deste tipo de banco. Os Bancos Comerciais são capazes de adquirir depósitos a prazo, entretanto, depósito à vista é a principal função característica. Sendo organizações privadas ou públicas, oferecem financiamentos para os mais diversos nichos de mercado, como o comércio, indústria, empresas prestadoras de serviços e pessoas físicas (Resolução CMN 2.099, de 1994).

Através das carteiras de crédito imobiliário, investimento ou desenvolvimento, comercial, arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento, os Bancos Múltiplos, que são entidades financeiras privadas ou públicas, executam as operações ativas, passivas e acessórias das várias organizações financeiras. As normas legais e regulamentares cabíveis às companhias singulares equivalentes às suas carteiras, em que as operações citadas anteriormente são submetidas. Estruturado de maneira de sociedade anônima, o Banco Múltiplo, que é composto por duas carteiras, apresenta, no mínimo, uma que deve ser comercial ou de investimento.

Com a opção de obter depósitos à vista, as corporações com carteira comercial necessitam ter o termo “banco” (Resolução CMN 2.099, de 1994).

Já a Cooperativa de Crédito é uma associação de pessoas em que o objetivo é melhorar a administração de seus recursos financeiros. As opções de conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos também se encontram nas Cooperativas de Crédito, assim como nos bancos. Esta associação não possui fins lucrativos, de maneira que todos associados possuem poder de voto independente da parcela no capital da cooperativa, com os mesmos direitos e deveres (Banco Central Do Brasil, 2023).

Por fim, utilizam o nome de Agentes Especiais as instituições que, mesmo fazendo parte do subsistema de intermediação operacional, também cumprem funções normativas. Geralmente, estas atividades estão ligadas à concretização das políticas econômicas do governo federal (Abreu, 2017).

Pensando nisso, com base no relatório da economia de 2021, publicado pelo Banco Central, os cinco maiores bancos no país são: Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica e Santander. Os cinco bancos encerraram o ano de 2021 com 81,4% do mercado de crédito e 77,4% dos depósitos totais. No entanto, para os bancos, os últimos cinco anos, de 2018 a 2022, foram desafiadores. A instabilidade política no Brasil e o enfrentamento ao Coronavírus levaram ao Banco Central desafios de como manter a oferta e demanda de crédito com resultados positivos e suprindo as necessidades da sociedade. Como já exposto anteriormente, a distribuição de crédito para o país influencia o desenvolvimento positivo do PIB, pois, com a concessão de crédito tanto para pessoa física quanto jurídica, a moeda circula (Relatório da Economia, 2021).

Ao conceder o crédito, as instituições financeiras querem receber garantias de que a quantia emprestada será reembolsada, com adição dos juros acordados, pois as instituições também possuem obrigações com seus depositantes. A estimativa do risco de crédito, todavia, pode envolver algum grau de arbitrariedade em sua determinação. A arbitrariedade origina-se do elevado poder de mercado dos bancos, os quais possuem autoridade na provisão para devedores duvidosos, e nas margens

a serem auferidas, administrando o preço do crédito para alcançar seus resultados (Vinhado, 2010).

Para a compreensão do que é *spread* bancário na prática, inicialmente será necessário o entendimento de como é a atuação da taxa de juros no sistema financeiro nacional.

2.2 Taxa de juros e Taxa de captação

A taxa de juros é a relação entre os valores pagos no fim de um período predefinido, que pode ser classificado de acordo com o regime de capitalização em juros simples e juros compostos ou quanto à indexação em juros pré-fixados ou pós-fixados. A taxa de captação é a porcentagem que a instituição remunera o valor que é captado e investido. Segundo matéria publicada pela InfoMoney, a taxa de juros pode ser exemplificada como o preço do “aluguel” do dinheiro por um determinado prazo (InfoMoney, 2021).

A intermediação dessa operação é realizada nas instituições financeiras, sendo que o investidor irá emprestar recursos ao tomador de crédito. A adversidade do financiamento direto entre os agentes, principalmente no que diz respeito aos custos de transação associados e pontos de informações assimétricas, em que os agentes participantes na transação não dispõem dados completos em relação a outra parte, gera a necessidade de intermediários (Mishkin, 2000).

No Brasil, a taxa de juros mais conhecida é a taxa básica de juros, a Selic. O Comitê de Política Monetária (Copom), é o órgão do Banco Central, constituído por presidentes e diretores, que estabelece, a cada 45 dias, a taxa básica de juros da economia brasileira. Segundo o Banco Central do Brasil, uma vez definida a taxa Selic, o Banco Central atua diariamente por meio de operações de mercado aberto, comprando e vendendo títulos públicos federais para manter a taxa de juros próxima ao valor definido na reunião (Banco Central do Brasil, 2021).

A taxa de juros Selic é a referência para os demais juros da economia. Trata-se da taxa média cobrada em negociações com títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, registradas diariamente no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

(Selic). Para estabelecer a taxa Selic o Copom considera os seguintes fatores: inflação, contas públicas, atividade econômica e o cenário externo (Banco Central Do Brasil, 2023).

Ao ser estabelecido o conceito e as aplicações dos juros, pode-se compreender a atuação do *spread* no mercado financeiro. Como já visto anteriormente, o *spread* bancário é a diferença, em pontos percentuais (p.p.), entre a taxa de juros estipulada nos empréstimos e financiamentos e a taxa de captação. Por exemplo, se uma instituição captou recursos por meio de CDB (Certificado de Depósito Bancário) com custo de 12% a.a. (ao ano), e concedeu um empréstimo com taxa de 23% a.a. (ano ano), então o *spread* bancário dessa operação é de 11 p.p. (Banco Central Do Brasil, 2016).

Uma vez que os bancos cobram pequenas margens, isso implica em um sistema financeiro avançado e sólido, e indica que os *spreads* bancários podem estar relacionados com a eficiência das instituições financeiras. Um menor desenvolvimento de um produto estaria associado com maiores *spreads* bancários. Neste sentido, para os mercados financeiros, o *spread* seria capaz de se tornar uma adequada medida de desenvolvimento, auxiliando na transmissão da política monetária para a economia real (Agapova; McNulty, 2015).

2.3 Spread Bancário

Para compreender como se iniciou as relações de crédito no Brasil, é fundamental o entendimento do funcionamento do cenário financeiro e macroeconômico do país. Os estudos do *spread* iniciaram no final de 1999 e foram realizados pelo Departamento de Pesquisa do Banco Central do Brasil. Segundo a definição do Banco Central do Brasil, *spread* é:

[...] a diferença entre a taxa de empréstimo e a taxa de captação de CDB (certificado de depósito bancário). A taxa média de CDB para o conjunto das instituições financeiras foi calculada a partir de uma média das taxas individuais ponderada pela captação líquida de cada instituição (Banco Central Do Brasil, 2002, p. 50).

No ano de 1999, o Banco Central do Brasil (BACEN) realizou a publicação de um estudo utilizando o título de “Juros e *spread* bancário no Brasil”, propondo medidas

para a sua redução e, assim, identificando os componentes do *spread*. Inicialmente, os assuntos abordados consideravam o cenário interno e externo e suas interferências no *spread* cobrado pelos bancos naquela data. A partir dessa publicação, iniciou-se um projeto de estudo de *spread*, sendo publicado com o mesmo título até o ano de 2004. No ano seguinte, o estudo passou a ser chamado de “Relatório de Economia e Crédito”, abordando o assunto de maneira mais abrangente, levando em consideração além do *spread*, a composição dos juros, oferta e demanda de créditos para pessoa física e jurídica (Lopes, 2014).

O sucesso do Plano Real foi o pontapé inicial para a estabilização do sistema financeiro, resultando na atenuação do *spread* bancário brasileiro. A estabilidade da inflação favoreceu a redução das taxas de juros e *spread* na rede bancária e a sociedade também deixou de aceitar financiamento com taxas muito altas - lembrando que, antes do Plano real, essas taxas eram aceitáveis pois possibilitam juros reais negativos com picos de inflação (Afonso, *et al.*, 2009).

Com a implantação da nova moeda, a oferta de crédito apresentou curso crescente entre os anos de 1995 e 2000. Ao que se refere ao *spread*, durante o mesmo período, ocorreu considerável queda. Ademais, no início do ano de 2003 as taxas para a contratação de empréstimos começaram a subir novamente, motivando o governo brasileiro a iniciar estratégias para as instituições financeiras reduzirem este percentual. As estratégias foram aplicadas para os bancos públicos, porém, os bancos privados sentiram a necessidade de alcançar a redução para equivaler à concorrência (Almeida; Divino, 2015).

Além disso, o setor econômico internacional possui influência na estabilidade financeira no Brasil. Pode-se destacar que a crise do *subprime*, que ocorreu nos Estados Unidos da América em 2008, gerou efeitos prejudiciais às economias mundiais. Como aponta Carvalho (2008), a origem da crise decorreu do aumento da competitividade entre as instituições financeiras, o que ocasionou a baixa taxa de juros norte-americana, resultando na redução da lucratividade nas operações financeiras tradicionais, o que levou os bancos a encontrarem no mercado imobiliário americano uma alternativa de retomar a lucratividade.

A oferta da hipoteca de imóveis motivou as famílias norte-americanas a alcançarem o sonho da casa própria, pois o cenário econômico estava favorável e não era necessária a comprovação de renda ou histórico favorável financeiro, o que facilitou a aquisição, classificando os tomadores como *subprime*. Ainda, com o intuito de alavancagem, as instituições financeiras garantem a proteção da dívida e o pagamento antecipado dessas hipotecas. As taxas de juros dos empréstimos oferecidos pelas instituições financeiras eram muito baixas, todavia, subiam depois de certo tempo, o que não era de conhecimento de todos os credores (Carvalho, 2008).

Dessa forma, a partir deste momento, o problema começa a surgir, pois com o aumento das taxas de juros cobradas, houve o endividamento das famílias que adquiriram o crédito. Como alternativa para a recuperação dos lucros que estavam em risco, os bancos forneceram papéis que tinham como lastro as próprias hipotecas imobiliárias para investidores do mercado, que perceberam o rumo que o negócio estava tomando e tentaram vender esses títulos, porém, o mercado já tinha reconhecido o risco de liquidez dos títulos. A contar deste momento, iniciou-se a quebra de diversos bancos como o Lehman Brothers, além da expectativa negativa dos agentes frente à dinâmica da economia, que resultou no aumento do desemprego e endividamento, e iniciou o auge da crise econômica nos Estados Unidos (Carvalho, 2008).

A economia americana possui grande representatividade no sistema financeiro internacional, principalmente por possuir a moeda chave do sistema monetário. Por essa razão, a crise do *subprime* foi sentida por diversos países no mundo. Segundo Prates (2005), o primeiro impacto sentido pelo Brasil foi o desprovimento de crédito internacional. Para proteger o setor bancário brasileiro, os agentes financeiros retraíram consideravelmente a oferta crédito, levando, conseqüentemente, as empresas a reverem seus planos de produção e de investimento. Além do efeito sobre a oferta de crédito no Brasil, sentiu-se fortemente o efeito da crise de 2008 sobre o preço da moeda nacional e sobre os fluxos de capitais transacionados no país.

2.4 *Spread* ex-ante e ex-post

A origem da informação do *spread* pode ser estruturada de duas formas: ex-ante ou ex-post. O *spread* ex-ante é medido, como sugere o nome, a partir das expectativas das instituições financeiras no momento da concessão do crédito, isto é, antes do resultado efetivo. O *spread* ex-post é o diferencial efetivamente obtido entre as receitas de intermediação financeira e dos custos de captação, mensurando o verdadeiro resultado da intermediação financeira obtida no período (Fiche, 2015).

Para a análise do comportamento do *spread*, três tipos de abordagem se destacam: evolução, estrutura e determinantes. A análise no primeiro caso se baseia na evolução do *spread* ao longo do tempo. A segunda procura estimar os diversos componentes do *spread* bancário como, por exemplo, inadimplência, custos administrativos, cunha tributária, dentre outros, sendo sua essência de natureza contábil. No entanto, para investigar os efeitos quantitativos sobre o *spread* oriundos de modificações em outras variáveis, emprega-se a análise dos determinantes (Guimarães; Souza, 2007, p. 52).

Segundo Dantas, Medeiros e Capelletto (2011), o *spread* ex-ante reflete as expectativas das instituições financeiras no momento da concessão de crédito. Já o *spread* ex-post tende a apresentar um comportamento mais estável tendo em vista as mudanças que ocorrem nas expectativas de mercado, considerando que ele apura o efetivo resultado da intermediação financeira, medindo as ações já tomadas anteriormente e o estoque da carteira.

No que diz respeito ao uso da metodologia *spread* ex-ante, podemos destacar que um dos estudos pioneiros foi do autor Aronovich (1994), cujo objetivo principal foi a apresentação de justificativas para o comportamento do *spread* ex-ante, através da análise de amostras desassociadas nas operações de crédito de desconto de duplicatas e de capital de giro nos anos entre 1986 a 1992. Para a operação de desconto de duplicatas, as variáveis consideráveis apontadas pela avaliação foram a inflação e choques econômicos, ambas positivas.

De outro modo, para o capital de giro, destaca-se a inflação também com coeficiente positivo, ressaltando que o efeito da inflação está relacionado ao aumento do mark-up- diferença entre o custo do bem ou serviço e seu preço de venda, e o nível da atividade, com coeficiente negativo. O autor conclui que à medida que a inflação se eleva, cresce o diferencial entre as taxas de juros e de captação (Aronovich, 1994).

Posteriormente, Afanasieff, Lhacer e Nakane (2001), também avaliaram os determinantes do comportamento do *spread* ex-ante. Os autores utilizaram amostras mensais entre 1997 e 2000 de 142 bancos. Para a enumeração das taxas de captação, foram utilizados os índices dos CDBs de 30 dias, e para os empréstimos, foram aplicadas a média das taxas pós-fixadas das operações de crédito em recursos livres.

No primeiro estágio, com o objetivo de atingir o *spread* puro, utilizaram o número de empregados, custos operacionais, razão de depósitos totais sem juros pelo ativo total, razão entre volume de fundos remunerados pelo total de ativos, liquidez bancária e alavancagem bancária, dos quais foram positivos os custos operacionais, captação sem custo de juros e a receita de serviços. Posteriormente à análise, os autores concluíram que as variáveis macroeconômicas são importantes para a definição do *spread* ex-ante, porém ressaltam que uma grande parcela do *spread* continua indefinida, o que pode explicar as influências microeconômicas e culturais, além da baixa regulação que afetam de forma expressiva as taxas de mercado (Afanasieff, 2001).

Ademais, Bignotto e Rodrigues (2005) realizaram uma pesquisa para identificar os fatores que determinaram o *spread* ex-ante no Brasil no período de 2001 a 2004. Foram utilizadas amostras de 87 Bancos Comerciais e Múltiplos durante treze trimestres. De maneira geral, não foram identificadas grandes variações do *spread* no período analisado, porém, os indicadores que obtiveram maior influência positiva para a determinação do *spread* no período foram a taxa Selic, risco de crédito, despesas administrativas, taxa de juros de risco, liquidez, receita de serviços e total dos ativos. Do ponto de vista das variáveis negativamente relacionadas ao *spread*, foram evidenciados o market-share e a inflação pelo IPCA.

Com relação a abordagem ex-post, destaca-se Manhiça (2009), que adotou dados de painel para 135 bancos comerciais entre 2000 e 2008. O autor realizou sua pesquisa em dois estágios. No primeiro momento, realizou a regressão da margem líquida de juros, volume total de dispositivos a vista sobre ativos totais, número de funcionários do banco, custo operacional do banco, grau de liquidez, participação das receitas, grau de alavancagem, patrimônio líquido e passivo exigível do banco. Na regressão, foram incorporadas quatro desconformidades em cada variável explicativa

de forma a eliminar a autocorrelação dos resíduos. As variáveis que exibiram alto grau de relevância positiva foram depósitos à vista e grau de liquidez, todavia o tamanho do banco não apontou resultado significativo.

No segundo estágio, procurou-se considerar as variáveis macroeconômicas: juros, taxa de câmbio, medida de risco dos juros, inflação e taxa de desemprego. Após a última análise, foi apresentada significância positiva na influência da taxa juros, do desemprego e da defasagem do câmbio. Porém, a volatilidade dos juros não significou influência, assim como a inflação.

O *spread* ex-post também foi tema de pesquisa para Almeida e Divino (2013). A pesquisa foi composta por 64 bancos no período compreendido entre 2001 e 2012. Foram realizadas duas estimações: a primeira considerou um modelo estático com efeitos fixos e, a segunda, um modelo dinâmico. O resultado obtido na primeira etapa conseguiu contemplar as três categorias de variáveis propostas como relevantes. Em relação aos aspectos individuais, manifestaram significância as despesas administrativas, as receitas com prestação de serviços e o índice de cobertura. Referente ao ambiente macroeconômico, destacou-se o PIB e a variável representativa do grau de concentração do setor bancário, expressa pelo IHH.

Na análise dinâmica, como resultado, constatou-se a relevância da variável dependente defasada, além da perda de significância da receita de serviços e do PIB. Ademais, a variável representativa do sistema bancário IHH, foi substituída pelo market-share com inversão do sinal de seu coeficiente. Dentre os fatores que não apresentaram significância estatística em ambos os modelos, destaca-se a taxa Selic que foi importante para quase todos os estudos destinados à análise do *spread* ex-ante. Percebe-se que, para o *spread* ex-post, o cenário macroeconômico como um todo é mais influente do que a taxa Selic e suas oscilações (Almeida e Divino, 2013). O Quadro 2 apresenta a mensuração do *spread* bancário com base nos estudos apresentados por diferentes autores, utilizando a mensuração ex-ante e ex-post e as variáveis que compõe o *spread*.

Quadro 2 - Síntese dos Estudos Sobre Determinantes do *Spread* Bancário no Brasil

Mensuração	Autor	Ano	Variáveis
Ex-ante	Aronovich (1994)	1994	Inflação (+) Choques Econômicos (+) Nível de atividade (-)
Ex-ante	Afanasieff, Lhancer e Nakane	2001	Custos operacionais (+) Captação (+) Receita de serviços (+) Selic (-)
Ex-ante	Bignotto & Rodrigues (2005)	2000- 2004	Inflação(-), taxa Selic(+), despesas administrativas(+), taxa de juros de risco(+), risco de crédito (+), participação de mercado(-), liquidez(+), receita de serviços(+), compulsório(+), total dos ativos(+)
Ex-post	Manhiça (2009)	2009	Inflação (+), Juros (+), Desemprego (+) Defasagem do câmbio (+). Depósito à vista (+), Grau de liquidez (+)
Ex-post	Almeida e Divino	2015	Puro Spread (+); Custos Administrativos (+); Índices de Cobertura (+); PIB (+); IHH (+); Receitas com Prestação de Serviços (+); Market Share (+)

Fonte: Adaptado de Almeida e Divino (2015); Fiche (2015).

Tendo em vista as análises desenvolvidas nas pesquisas apresentadas, o estudo aborda os determinantes que influenciaram a composição do *spread* nos últimos cinco anos no Brasil. Para isso, utilizará as informações publicadas no relatório da economia do Banco Central, que mensura seus resultados com base do *spread* ex-post, sendo calculado através das receitas totais geradas por concessões de crédito, subtraindo os seus custos gerais para captação - custos administrativos, inadimplência, taxas de juros, estabilidade do mercado, entre outros.

2.5 Determinantes do *spread* bancário pela metodologia do Banco Central

A contar do início das pesquisas e publicações realizadas pelo Banco Central sobre o tema juros e *spread* bancário no Brasil, em 1999, melhorias pontuais são implementadas anualmente para aperfeiçoar a metodologia e a mensuração das parcelas em que se decompõe o *spread* bancário. Podem ser destacadas as melhorias que ocorreram a partir do relatório da economia publicado em 2008 (Banco Central do Brasil, 2008).

O que pode explicar essa mudança foi a crise internacional de 2008, conhecida como a crise do *subprime*, e a quebra do Banco Lehman Brothers. Como já exposto anteriormente, esta crise atingiu a economia mundial, tornando as relações de crédito instáveis. Segundo o Banco Central do Brasil, a resistência do Brasil à crise se deve a um ambiente de estabilidade monetária buscado pelo banco central na época, pois o sistema bancário se encontrava em um momento sólido, visto que o aprofundamento do mercado de crédito doméstico contribuiu sobremaneira para a resistência do país à crise. Na Tabela 1, constam os aperfeiçoamentos realizados pelo Banco Central no ano de 2008.

Tabela 1 - Aperfeiçoamentos metodológicos adotados pelo Bacen

Componentes	2008	2008
	Antiga	Nova
<i>Spread</i> total	100	100
1- Custo administrativo	14,22	14,25
2- Inadimplência	37,73	33,15
3- Custo de direcionamento	2,5	1,9
4- Encargos fiscais e FGC	8,2	3,76
Impostos	8,08	3,1
Custo do FGC	0,12	0,65
5- Margem Bruta, erros e omissões	37,34	46,94
6- Impostos Diretos	11	17,62
7- Margem Líquida, erros e omissões	26,35	29,32

Fonte: Adaptado de Banco Central - Relatório da Economia bancária e crédito (2008).

Fundamentalmente, a mudança da metodologia de decomposição do *spread* mais relevante foi na alteração da estimação do efeito dos subsídios cruzados causados pelo direcionamento obrigatório para o crédito rural e para o crédito habitacional. A nova metodologia passou a considerar como taxa de captação uma média ponderada entre as taxas dos depósitos a prazo (CDBs), dos depósitos em cadernetas de poupança e dos depósitos à vista, para a particularidade de cada banco. Na avaliação da participação dos recolhimentos compulsórios, definiu-se a utilização dos custos efetivos de captação dos depósitos bancários, que originam os recolhimentos compulsórios (depósitos a prazo, à vista e/ou de poupança) ao invés do custo de oportunidade (Banco Central Do Brasil, 2008).

Para os autores Afonso, Köhler e Freitas (2009) o spread bancário apresenta a seguinte decomposição pelo Bacen:

- i) custo administrativo: refere-se aos custos com os insumos utilizados pela indústria bancária: capital físico, trabalho, recursos operacionais e depósitos.
- ii) inadimplência: equivale a 20% das provisões para devedores duvidosos, calculadas de acordo com as regras de provisionamento estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
- iii) custo do compulsório: de acordo com o Banco Central, corresponde ao custo de oportunidade que os bancos incorrem em deixar parte dos depósitos à vista e a prazo depositados no Bacen.
- iv) tributos e taxas: incluem tributos indiretos, como IOF, PIS, COFINS e ISS, além do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; resíduo: (Afonso, Köhler e Freitas, 2009).

O Banco Central estabelece as fórmulas de cálculos e critérios utilizados para a composição do *spread* no sistema financeiro, porém, pode-se observar que o cenário econômico tende a ser a principal causa da variação da composição do *spread* de um ano para o outro. Como afirma o autor Ferreira (2019), as variáveis que compõem o *spread* estão associadas a questões internas da estabilidade econômica, como inflação, desemprego, dívida pública, entre outros. No entanto, essas variáveis atingem os níveis de juros aplicadas no mercado, bem como os índices de devedores do país, uma vez que os indicadores de desemprego e renda possuem significância na sociedade. A solidez econômica atua positivamente na proporção de *spreads* menores, visto que assegura menor volatilidade nos indicadores macroeconômicos, refletindo em uma taxa de juros mais justa e na redução na taxa de desempregos.

2.5.1 Análise do Indicador de Custo do Crédito (ICC)

A partir de 2017, o Banco Central passou a divulgar o Indicador de Custo do Crédito (ICC), possibilitando a análise direta do custo do crédito no Brasil. A análise é apresentada pela visão de quem está obtendo um empréstimo, sem considerar a data de concessão e, portanto, contém todos os contratos existentes na economia de diversas linhas de crédito (Banco Central Do Brasil, 2018).

A decomposição do ICC tem como finalidade compreender as variáveis que impactam e, por fim, definem a taxa cobrada pelas instituições financeiras na concessão de empréstimos. Dentre os fatores, o Banco Central estima 5 componentes principais, por ordem de grandeza, capazes de explicar o custo médio do tomador. São eles: custo de captação, inadimplência, despesas administrativas, tributos, FGC e margem financeira do ICC (Banco Central Do Brasil, 2018). Com base na nota técnica publicada pelo Banco Central, o processo de cálculo da margem do ICC envolve duas etapas. Inicialmente, determina-se o valor dos juros devidos para cada tipo de crédito em datas específicas, usando o saldo e a taxa média de juros da carteira, de acordo com a fórmula fornecida.

$$Mj_{t,m} = S_{t,m} I_{t,m}, I_{t,m} = \frac{\sum_{k=1}^t S_{t,m,k} I_{t,m,k}}{S_{t,m}} \quad (1)$$

em que:

$Mj_{t,m}$ = montante de juros devidos na data (mês) t da modalidade m ;

$S_{t,m}$ = saldo da modalidade m na data t ;

$I_{t,m}$ = taxa média de juros da carteira de crédito da modalidade m na data t ;

$S_{t,m,k}$ = saldo remanescente na data t das concessões da modalidade m contratadas na data $k \leq t$;

$I_{t,m,k}$ = taxa de juros (% ao mês) das concessões da modalidade m contratadas na data k ;

t = data de referência;

k = datas de concessão;

Na segunda etapa, obtém-se o ICC agregado como uma taxa implícita de juros, calculada como a razão entre o somatório dos montantes da primeira etapa e o somatório dos saldos de cada modalidade.

$$ICC_t = \left[\left(\frac{\sum_{m=1}^M Mj_{t,m}}{\sum_{m=1}^M S_{t,m}} + 1 \right)^{12} - 1 \right] * 100 \quad (2)$$

em que:

ICC_t = Indicador de Custo do Crédito em t ;

$Mj_{t,m}$ = montante de juros e encargos em t da modalidade m ;

$S_{t,m}$ = saldo da modalidade m em t ;

t = data de referência;

M = número de modalidades de crédito

O Índice de Custo de Crédito (ICC) foi projetado para avaliar o custo mensal da carteira de crédito em suas várias modalidades. Essa abordagem permite cálculos e agregações simples, usando médias ponderadas pelos saldos, facilitada pelo predomínio de acordos de pagamento mensais. Para refletir o custo real para o mutuário, as taxas aplicadas são semelhantes ao Custo Efetivo Total (CET), incluindo taxas de juros, encargos, tarifas, seguros, tributos e outras despesas relacionadas às operações de crédito. Isso proporciona uma visão abrangente do custo efetivo para o mutuário (Banco Central do Brasil, 2018).

No relatório de economia bancária, a decomposição do ICC médio ajustado, é apresentado com valores em percentual e em proporção, e discriminado conforme os índices que influenciam na sua variação anual de acordo com as Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 - Decomposição do Indicador de Custo do Crédito.

	Em proporção (%)			
Discriminação	2020	2021	2022	Média
1- Custo de captação	30,48	31,73	35,90	32,71
2- Inadimplência	21,22	18,30	19,52	19,68
3- Despesas administrativas	20,11	20,46	16,38	18,98
4- Tributos e FGC	14,24	15,59	14,31	14,71
5- Margem financeira do ICC	13,95	13,99	13,88	13,94
ICC médio ajustado (1+2+3+4+5)	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Adaptado de Banco Central - Relatório da Economia bancária e crédito (2022).

Conforme tabela acima, pode-se analisar a variação do ICC nos últimos três anos. Com relação aos índices apresentados, o custo de captação obteve maior variação no período. A principal diferença entre a tabela 2 e 3 está na maneira como os números são mostrados: uma usa porcentagens (%) e a outra usa pontos percentuais (p.p.).

Tabela 3 - Decomposição do Indicador de Custo do Crédito.

	Em pontos percentuais (p.p.)			
Discriminação	2020	2021	2022	Média
1- Custo de captação	5,20	5,15	6,75	5,70
2- Inadimplência	3,62	2,97	3,67	3,42
3- Despesas administrativas	3,43	3,32	3,08	3,28
4- Tributos e FGC	2,43	2,52	2,69	2,55
5- Margem financeira do ICC	2,38	2,26	2,61	2,42
ICC médio ajustado (1+2+3+4+5)	17,06	16,23	18,80	17,36

Fonte: Adaptado de Banco Central - Relatório da Economia bancária e crédito (2022).

Com a identificação dos fatores que determinam o custo do crédito, é possível obter a decomposição do *spread*. A relação do ICC com a decomposição do *spread* está na identificação dos fatores que determinam o custo de crédito para os tomadores, e assim, retirando os efeitos das condições de mercado relacionadas ao custo de captação de recursos, ficando apenas o custo da contratação do crédito para os tomadores. No tópico a seguir será apresentado os procedimentos metodológicos da pesquisa realizada.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente projeto busca apresentar, de forma qualitativa, informações coletadas de livros e artigos sobre o tema “*Spread* Bancário no Brasil”, bem como publicações e estudos sobre o sistema financeiro nacional.

Para o entendimento da composição do spread, a análise consiste também no estudo da composição por resultados encontrados por autores que utilizam diferentes métodos para a mensuração do spread.

3.1 Tipo de pesquisa

Pesquisas podem ser definidas de muitas maneiras, como, por exemplo, quantos aos fins e meios de investigações (VERGARA, 2010). As pesquisas também podem ser separadas conforme seus objetivos (pesquisa exploratória, descritiva e explicativa), procedimentos (estudo de caso, levantamento, pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental) e abordagem do problema (qualitativa e quantitativa) (Beuren; Raupp, 2006).

3.2 Caracterização da pesquisa quanto ao modo de abordagem

A pesquisa, referente a abordagem, pode ser qualitativa e/ou quantitativa, sendo que, para o aspecto qualitativo não se emprega uma estimativa numérica, enquanto para o aspecto quantitativo, se aplica elementos numéricos e estatísticos (Sampieri *et al.*, 2013).

A análise qualitativa inicia-se paralelamente com a coleta de dados. Este processo não progride de forma linear, contudo, avança em espiral, com sucessivas idas e vindas. Ademais, é um método que ocorre de forma dissemelhante, de acordo com as diferentes tradições de pesquisa qualitativa, apesar de ser possível definir alguns procedimentos que são globais nessas abordagens (Gil, 2008).

A partir disso, o presente estudo é caracterizado como pesquisa qualitativa. Para os autores Denzin e Lincoln (2018), a pesquisa qualitativa trabalha com aspectos subjetivos, analisando dados, conceitos e significados, sendo que esses não podem ser quantificados, mas sim atribuídos a uma estrutura explicativa. Esta categoria de pesquisa apresenta características de descrição, compreensão e geração de hipóteses e objetiva entender as concepções que as pessoas apresentam. A pesquisa apresentada se caracteriza como qualitativa pois analisa dados publicados pelo Banco Central para compreender a composição anual do *spread* bancário.

3.3 Caracterização da pesquisa quanto aos objetivos

Com relação aos objetivos, a pesquisa é caracterizada como exploratória pois buscou explorar o tema *spread* bancário, familiarizando com o objetivo para obter uma visão geral sobre o assunto. De modo simplificado, as ações da pesquisa exploratória integram planejamento, construção e realização de consecutivas aproximações ao concreto empírico a partir de diversas angulações possíveis que interessam ao problema/objeto em construção. Implica em movimento e aproximação ao objetivo concreto a ser investigado, buscando perceber seus contornos, suas especificidades e suas singularidades (Bonin, 2011).

3.4 Caracterização da pesquisa segundo os procedimentos técnicos

O estudo realizado se caracteriza, em seus procedimentos técnicos, como pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2008), ela é aplicada com base em materiais já produzidos, constituídos, principalmente, por livros, artigos científicos e sites de notícias oficiais.

A pesquisa bibliográfica pode ser classificada como uma das melhores formas de iniciar um estudo, analisando diferenças e semelhanças entre os artigos, pesquisas ou sites levantados nos documentos de referência. A seleção de informações em meios eletrônicos é um amplo avanço para os pesquisadores, coletivizando o acesso ao conhecimento e proporcionando atualizações frequentes. O propósito geral de uma revisão de literatura de pesquisa é reunir conceitos sobre um tópico, ajudando nas fundações de um estudo significativo (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

No quadro 3, são relacionados os objetivos do estudo, as referências utilizadas e as análises que serão aplicadas para atingir os objetivos.

Quadro 3 - Quadro dos objetivos, referências e as variáveis analisadas

Objetivos	Referências	Variáveis analisadas
Objetivo geral: Analisar o comportamento do <i>spread</i> bancário no período de 2018 a 2022	Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2018) Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2019) Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2020) Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2021) Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2022)	Análise das tabelas publicadas; Comparação dos resultados no período de cinco anos;
Objetivo específico nº 1: Identificar as características dos <i>spreads</i> bancários no Brasil.	Lopes (2014) Juros e <i>spread</i> bancário no Brasil (1999)	Compreensão das características do <i>spread</i> com base nas pesquisas e conclusões dos autores;
Objetivo específico nº 2: Identificar as composições de cálculo do <i>spread</i> ;	Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2018, 2019, 2020, 2021, 2022)	Análise dos fatores que compõem o cálculo do <i>spread</i> ;

(Continua...)

(Conclusão)

Objetivos	Referências	Variáveis analisadas
Objetivo específico nº 3: Analisar as causas das variações no <i>spread</i> nos últimos cinco anos	Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2018) Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2019) Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2020) Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2021) Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2022)	Compreensão de acontecimentos no Brasil e de mudanças na metodologia do cálculo do <i>spread</i> que ocasionaram variações no decorrer dos anos;
Objetivo específico nº 4: Analisar a participação dos bancos nas linhas de crédito;	Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2018) Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2019) Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2020) Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2021) Relatório da Economia Bancária do Banco Central (2022)	Análise das tabelas publicadas, com a participação das instituições nas principais linhas de crédito;

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A aplicação das variáveis anteriores possui grande relevância para o alcance dos objetivos específicos, pois visa atingir os resultados e realizar a conclusão do projeto. A base referencial está concentrada nos Relatórios da Economia e Crédito, publicados pelo Banco Central do Brasil.

3.5 Plano de coleta e análise de dados

Os dados foram coletados dos relatórios publicados pelo Banco Central do Brasil. A pesquisa realizou o estudo da decomposição do *spread* nos últimos cinco anos, analisando gráficos e tabelas, comparando as mudanças econômicas ocorridas no período que interferem na variação dos resultados. As informações foram

analisadas com base nas pesquisas publicadas pelo Banco Central, comparando a decomposição do *spread* entre os anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.

3.6 Limitações da pesquisa

De acordo com Vergara (2010), para fundamentar os objetivos da pesquisa é necessário explicar quais métodos serão aplicados, conforme as possibilidades e limitações. Nessa perspectiva, esta pesquisa possui como limitação a análise da decomposição do *spread* bancário no período temporal de cinco anos, não podendo fazer comparação com outros períodos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Esse capítulo apresenta os resultados encontrados após a aplicação da metodologia, constam nessa seção a decomposição anual do *spread* de 2018 a 2022, suas características e o percentual da participação dos bancos nas principais linhas de crédito.

4.1 Indicadores que caracterizam o spread bancário no Brasil

O Brasil é conhecido por ter um dos maiores spreads bancários do mundo em comparação com outros países similares a sua economia, o que pode explicar as taxas elevadas de juros. De acordo com Costa (2020), essa disparidade nas taxas de juros cobradas pelos bancos em empréstimos em relação às taxas de captação de recursos é influenciada por diversos fatores. Alguns desses fatores já foram discutidos anteriormente, incluindo a taxa de inadimplência e a carga tributária, que contribuem para as altas taxas de juros praticadas no país.

No entanto, um aspecto muitas vezes subestimado é a baixa disponibilidade de crédito no Brasil, o que impacta significativamente a economia. Dois principais motivos podem explicar essa limitação no acesso ao crédito. Um deles está relacionado à instabilidade macroeconômica e aos altos déficits públicos, que aumentam a percepção de incerteza sobre o cenário econômico brasileiro. Isso, por sua vez, influencia as decisões dos bancos em relação às taxas de juros que cobram, já que buscam compensar os riscos envolvidos.

Outra explicação para a baixa disponibilidade de crédito está relacionada à falta de proteção dos direitos dos credores e à insegurança jurídica, características que historicamente afetam o Brasil, tópicos discutidos por Pinheiro e Cabral (1998), e

posteriormente por Pinheiro (2003). A falta de garantias sólidas para os credores pode tornar arriscado para os bancos emprestarem dinheiro, uma vez que a recuperação de ativos, em caso de inadimplência, pode ser demorada e incerta.

Portanto, a combinação de fatores macroeconômicos instáveis e problemas relacionados ao sistema jurídico contribuem para a baixa disponibilidade de crédito no Brasil. Com isso, surgem *spreads* bancários elevados que afetam tanto os consumidores quanto as empresas que dependem do crédito para crescer e prosperar (Costa, 2020).

Para Ferreira (2019), o conhecimento da decomposição do *spread* bancário é imprescindível para a determinação da lucratividade bancária, pois engloba fatores que influenciam diretamente no sistema financeiro e torna mais criteriosa a seleção de clientes com potencial e alvos da política de crédito. Os principais fatores são: os juros das operações de crédito, a inadimplência do setor, a situação fiscal do país, as reservas bancárias em detrimento do mercado, entre outros. Tais fatos mostram o quão importante e substancial é o papel dos bancos nesse meio, não desconsiderando as influências governamentais em formas de políticas específicas para nichos de empresas ou grupos empresariais.

4.2 Determinantes da Decomposição do cálculo do *spread* bancário no Brasil

Como citado anteriormente, a partir de 2017, o Banco Central passou a utilizar o cálculo da margem financeira do ICC na decomposição do *spread* bancário. Dado a decomposição do ICC, ao retirar o custo de captação de sua fórmula, é possível obter o indicador de *spread*. Assim, o *spread* e sua decomposição permitem observar todos os fatores que determinam o processo de originação de crédito, excluindo os impactos de condições de mercado vinculadas ao custo de captação pelas instituições financeiras, como a taxa básica da economia brasileira, a Selic. (Relatório da Economia bancária e crédito, 2018).

O relatório da economia apresenta uma seção específica para explicar e apresentar as informações anuais da decomposição *spread* bancário. Os valores são apresentados em percentual e em proporção, e representam a soma dos indicadores:

inadimplência, despesas administrativas, tributos e FGV e margem financeira do ICC. As Tabelas número 4 e 5 apresentam as variações do *spread* comparando os últimos três anos.

Tabela 4 - Decomposição do *spread* e apresentação do cálculo.

Discriminação	Em proporção (%) do <i>spread</i>			
	2020	2021	2022	Média
1- Inadimplência	30,52 %	26,81 %	30,46 %	29,26 %
2- Despesas administrativas	28,92 %	29,96 %	25,56 %	28,15 %
3- Tributos e FGV	20,49 %	22,74 %	22,32 %	21,85 %
4- Margem financeira do ICC	20,07 %	20,49 %	21,66 %	20,74 %
Spread do ICC (1+2+3+4)	100 %	100 %	100 %	100 %

Fonte: Adaptado de Banco Central - Relatório da Economia bancária e crédito (2022).

As despesas administrativas se destacaram, pois obteve redução significativa no período nas tabelas 4 e 5. Os demais indicadores não alcançaram variações expressivas. A principal diferença entre a tabela 4 e 5 está na maneira como os números são mostrados: uma usa porcentagens (%) e a outra usa pontos percentuais (p.p.).

Tabela 5 - Decomposição do *spread* e apresentação do cálculo.

Discriminação	Em pontos percentuais (p. p.)			
	2020	2021	2022	Média
1- Inadimplência	3,62	2,97	3,67	3,42
2- Despesas administrativas	3,43	3,32	3,08	3,28
3- Tributos e FGV	2,43	2,52	2,69	2,55
4- Margem financeira do ICC	2,38	2,26	2,61	2,42
Spread do ICC (1+2+3+4)	11,85	11,07	12,06	11,66

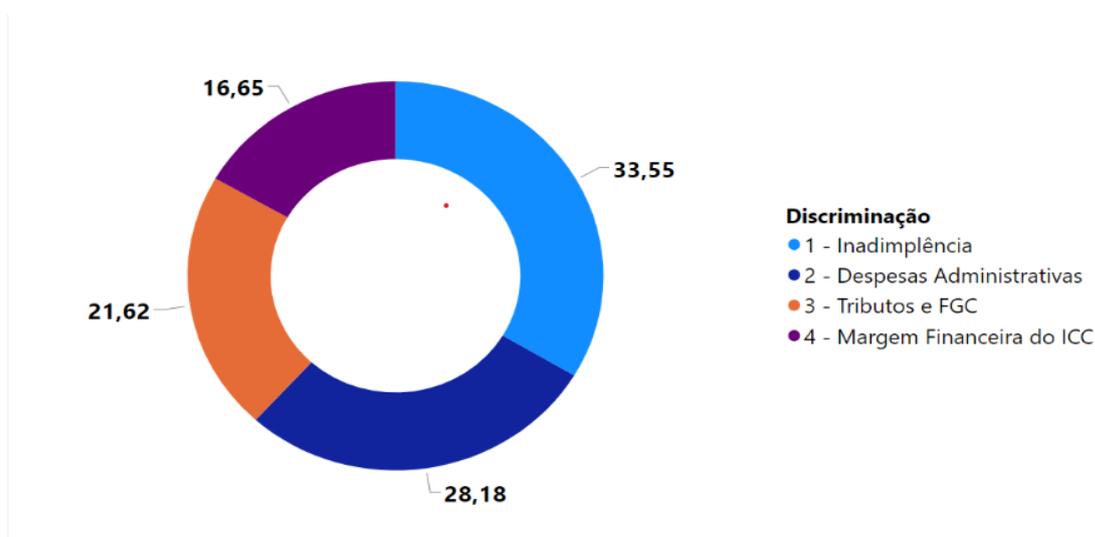
Fonte: Adaptado de Banco Central - Relatório da Economia bancária e crédito (2022).

Os itens que compõem o *spread* sofrem variações a cada ano, pois estão ligados diretamente ao funcionamento da economia brasileira. No tópico a seguir, serão detalhadas as porcentagens anuais e as influências que ocorreram nos últimos cinco anos.

4.3 Variações do *spread* bancário nos últimos cinco anos

O ano de 2018 alcançou destaque pelo índice da inflação que se manteve controlada, fomentando o mercado de crédito. Por outro lado, o ano foi marcado pela greve dos caminhoneiros decorrentes do aumento do diesel, que provocou reflexos no abastecimento das cidades em diversos setores. Além disso, a taxa de desemprego no Brasil caiu ao longo do ano, atingindo o menor percentual desde 2016. Por fim, o ano foi marcado pelas eleições presidenciais, causando instabilidade política, visto que o Brasil passou por mudanças significativas de governo após o resultado das eleições (G1, 2018). O Gráfico 1 apresenta a decomposição do *spread* no ano de 2018.

Gráfico 1 – Decomposição do *Spread* 2018



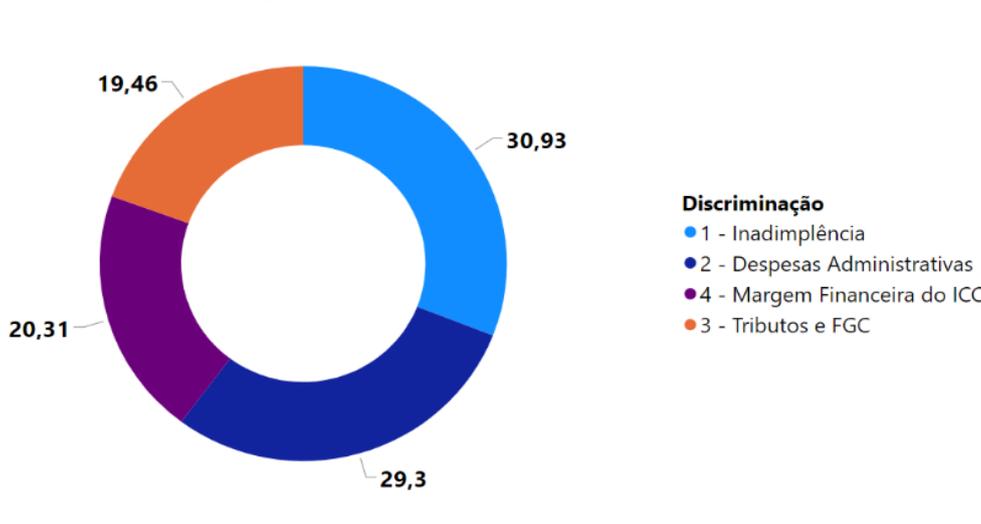
Fonte: Relatório de Economia Bancária 2018, Banco Central do Brasil.

No caso do *spread* em 2018, a maior porcentagem em que se concentrou a decomposição foi na inadimplência de 33,55%, no entanto, com relação ao ano anterior, houve redução de 5,12%, o que pode ser explicado através da recuperação da economia apontada no ano com relação aos Tributos e FGC (21,62%), Margem financeira do ICC (16,65%) e despesas administrativas (28,28%) que apresentaram aumento (Banco Central do Brasil, 2018).

Já o ano de 2019 foi marcado economicamente pelo menor percentual atingido na taxa Selic desde 1999, o que se justifica pois o Banco Central estava buscando incentivar o crédito e consumo no país. Com a redução expressiva da taxa Selic, a bolsa de valores se beneficiou desse movimento e, conseqüentemente, a renda fixa estava rendendo menos e o mercado de ações estava sendo mais impulsionado, tornando-se mais atrativo para os investidores, o que levou o Ibovespa a bater sucessivos recordes, passando dos 110 mil pontos (G1, 2019).

Ao longo dos meses, parte desse otimismo foi se dissipando. A demora para a aprovação da reforma da previdência social, aliada a diversas crises políticas, foi influenciando na confiança dos empresários e dos consumidores, e criando entraves para a recuperação econômica do país. O cenário externo não ajudou, pois a disputa comercial entre Estados Unidos e China refletiu no país, e prejudicou as contas externas brasileiras. Além disso, a queda dos juros no exterior também trouxe suas conseqüências, contribuindo para a valorização do dólar frente ao real e ajudando a levar a cotação da moeda norte-americana a bater recordes históricos (G1, 2019). O Gráfico 2 apresenta a decomposição do spread no ano de 2019.

Gráfico 2 – Decomposição do *Spread* 2019



Fonte: Relatório de Economia Bancária 2019, Banco Central do Brasil.

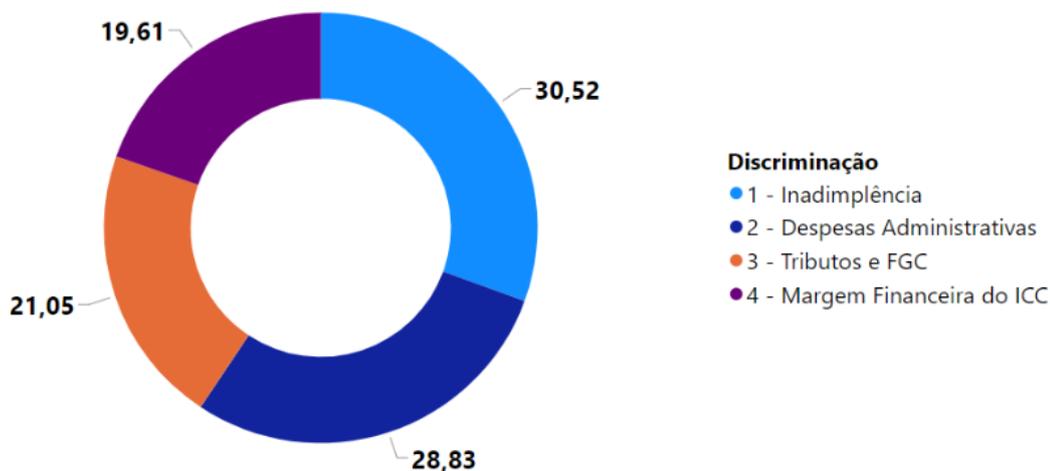
No gráfico 2, observa-se o aumento na margem do ICC de 3,66%, refletindo a relativa estabilidade do indicador no período e a queda do custo de captação das instituições financeiras, justificada pela queda da taxa Selic. Pode-se observar a

queda do índice de inadimplência de 2,62%, com relação ao ano de 2018, gerado principalmente pela diminuição do custo de captação, que ocasionou redução na taxa de juros e possibilidades de negociações nas linhas de crédito. O indicador das despesas administrativas obteve irrisório aumento de 1,12% e a porcentagem dos tributos diminuíram 2,16% no período.

Com relação a economia no Brasil, o ano de 2020 foi considerado desafiador. O avanço da pandemia do Coronavírus ocasionou grandes impasses econômicos, muitas empresas fecharam, a taxa de desemprego avançou e, conseqüentemente, a oferta de crédito se tornou essencial. Os bancos começaram a adotar medidas para prorrogações de contratos que estavam em andamento e recursos de incentivo começaram a ser liberados pelo governo, bancos públicos e privados. Empresas de diversos setores foram atingidas com a necessidade de *lockdown*, e por este motivo, muitas não conseguiram sequenciar seus trabalhos e acabaram encerrando suas atividades.

O governo tomou várias medidas para enfrentar a crise econômica, incluindo a suspensão de contratos de trabalho com financiamento estatal dos salários durante a suspensão, linhas de crédito subsidiadas para empresas e apoio a empreendedores informais e microempreendedores individuais. Com a redução das taxas de juros, famílias e empresas tiveram a oportunidade de renegociar suas dívidas, tornando-as mais acessíveis e aliviando a pressão financeira. Essas ações representaram uma abordagem mais agressiva no combate aos efeitos da crise econômica, em comparação com a simples redução da taxa básica de juros, que é um instrumento de ajuste mais moderado (Freitas, 2020).

Durante o ano, diferentes componentes contribuíram para a redução do *spread* do ICC. A inadimplência se destacou na análise, e deve ser analisada com cautela, pois as perdas não observadas devido às ações do setor público e privado para mitigar os efeitos da pandemia podem surgir nos próximos anos, dependendo da evolução da situação econômica (Banco Central do Brasil, 2020). O Gráfico 3 apresenta a decomposição do *spread* no ano de 2020.

Gráfico 3 – Decomposição do *Spread* 2020

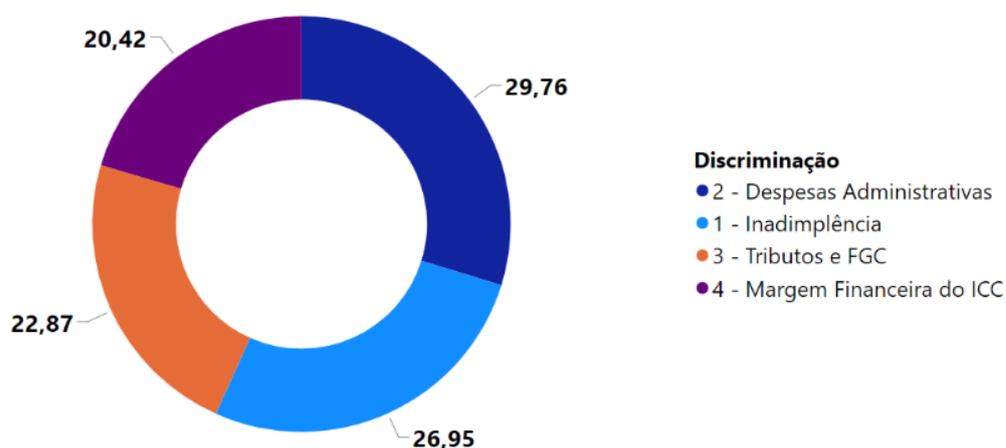
Fonte: Relatório de Economia Bancária 2020, Banco Central do Brasil.

Os itens da decomposição do *spread* comparando o ano de 2019 e 2020 não obtiveram variações significativas. A queda da taxa básica de juros, que já vinha acontecendo desde 2018, foi ainda mais acentuada com a intensificação da pandemia da Covid-19, ocasionando uma queda no custo de captação, que foi o principal componente para o declínio da margem do ICC de 0,7%. A inadimplência diminuiu 0,41% e as despesas administrativas 0,47%, os tributos aumentaram 1,6%. Ao longo de 2020, observaram-se constituições de provisões para perdas com crédito bastante robustas nos balanços das instituições financeiras. Entretanto, essas provisões possuem um caráter estimativo, podendo subestimar ou superestimar a perda efetiva com ativos de crédito, ainda que o registro contábil já tenha ocorrido. Assim, os indicadores que somam a decomposição do *spread* devem ser analisados com ponderação, pois há perdas não observadas no ano, devido às ações do setor público e do setor privado financeiro para mitigar os efeitos da pandemia, e por este motivo, os indicadores não atingiram variações significativas (Banco Central do Brasil, 2020).

O ano de 2021 iniciou com grandes expectativas para a maior parte dos economistas, que esperavam um ano de crescimento tímido, com uma recuperação lenta, uma vez que a pandemia já dava mostras de que continuaria ainda ao longo de vários meses, prejudicando a retomada dos negócios. Com o avanço da vacinação do Covid-19, a população estava otimista com a retomada das atividades de maneira geral (Naime, 2021).

Contudo, com o decorrer do ano parte das expectativas não foram se concretizando. A taxa básica de juros (Selic) no início do ano era de 2% pois, no momento em que o Brasil se encontrava, esse percentual justificava-se pela ideia de que, com o dinheiro mais “barato”, o incentivo para investimentos e consumo acontecia. Todavia, em decorrência desta situação, a inflação mostrou alta, influenciando nos preços de mercadorias e, principalmente, do combustível. Diante desta situação, a taxa Selic começou a se elevar e fechou o ano em 9,25% (Naime, 2021). O gráfico 4 apresenta a decomposição do spread no ano de 2021.

Gráfico 4 – Decomposição do Spread 2021



Fonte: Relatório de Economia Bancária 2021, Banco Central do Brasil.

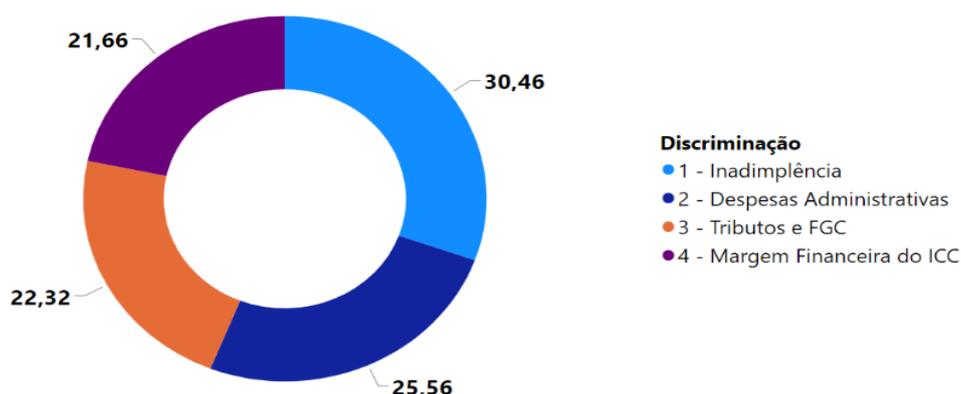
O *spread* do ICC alcançou redução no período. A principal razão para essa diminuição foi a queda na inadimplência de 3,57%, cuja análise levou em conta a estimativa das perdas nas instituições financeiras. As despesas administrativas aumentaram 0,93%, os tributos 1,82% e a margem do ICC 0,81%.

Durante 2020, as instituições financeiras tiveram que criar reservas substanciais para cobrir possíveis perdas de crédito, enquanto em 2021, essa criação de reservas começou a voltar aos níveis pré-pandemia. No entanto, é importante notar que essas reservas são estimativas e podem não refletir precisamente as perdas reais em ativos de crédito, mesmo que já tenham sido registradas contabilmente. Portanto, a inadimplência em 2020 e 2021 deve ser analisada com cautela, da mesma maneira,

os demais indicadores devem ser analisados ponderadamente (Banco Central Do Brasil, 2021).

Vários indicadores também contribuíram para a situação econômica de 2022. A inflação começou a aumentar, gerando reflexos nos preços de alimentos, combustíveis e energia. Para conter a alta dos preços, o Banco Central aumentou a taxa básica de juros, atingindo percentuais históricos. Internacionalmente, as principais economias também começaram a elevar as taxas de juros, pressionando a desvalorização do real. Além disso, a incerteza em torno da eleição presidencial e, conseqüentemente, da política econômica, contribuiu para o cenário econômico incerto em que o ano se iniciava (Gerbelli, 2022). O Gráfico 5 apresenta a decomposição do spread no ano de 2022.

Gráfico 5 – Decomposição do *Spread* 2022



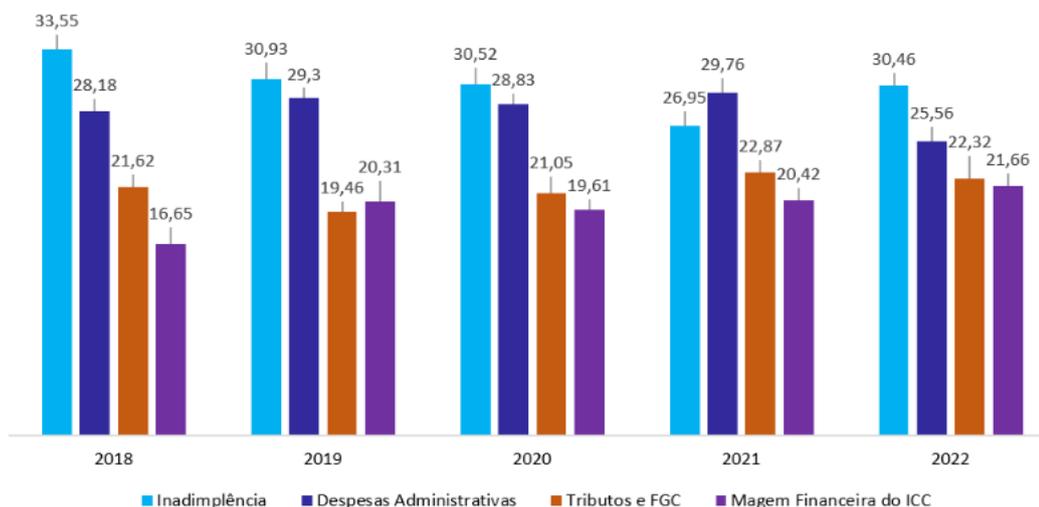
Fonte: Relatório de Economia Bancária 2022, Banco Central do Brasil.

Com referência ao *spread*, o gráfico 5 apresenta que todos os componentes aumentaram no período, exceto as Despesas Administrativas que reduziram 4,2%. Após a constituição de provisões significativas para perdas com crédito em 2020, as novas provisões começaram a retornar aos níveis anteriores à pandemia em 2021 e 2022 e, por este motivo, pode-se observar o aumento expressivo no nível da inadimplência com relação ao ano de 2021, pois os reflexos dos anos anteriores estavam começando a aparecer.

Através da análise individual de cada ano, pode-se observar que o acontecimento da pandemia do Covid-19 influenciou diretamente na decomposição

do *spread* bancário no período analisado. O gráfico 6, apresenta a comparação dos indicadores do período analisado.

Gráfico 6 – Decomposição do *Spread* no período de 2018-2022



Fonte: Relatório de Economia Bancária, Banco Central do Brasil.

Com base nas informações apresentadas, o relatório da economia brasileira ressalta que os efeitos econômicos causados pela pandemia do Covid-19 poderão ser sentidos, principalmente, nos próximos anos, por este motivo o índice de inadimplência deve ser avaliado com cautela, uma vez que pode haver perdas não observadas no período de 2020 a 2022.

Por outro lado, as despesas administrativas, obtiveram uma diminuição significativa dos demais anos em 2022, o que pode se justificar pela diminuição dos gastos administrativos das agências bancárias, também efeitos da pandemia, pois a digitalização de contratos e o avanço de tecnologias, além da autonomia nos aplicativos, diminuiu o fluxo presencial das agências.

Os indicadores de Tributos e FGC possuem porcentagem significativa na decomposição em todo o período analisado, visto que, o Brasil possui umas das maiores cargas tributárias mundiais, refletindo diretamente no *spread* bancário.

A margem do ICC é o índice que está relacionado ao custo do crédito para o tomador. No período analisado, pode-se observar o aumento, o que se justifica pelos índices da inflação que foram aumentando, e está diretamente relacionada ao custo

de captação das instituições e ao aumento da taxa Selic, que começou a ocorrer em 2021. O indicador obteve aumento desde o primeiro ano analisado e a perspectiva é que este fato continue ao longo de 2023.

4.4 Análise da participação dos bancos nas linhas de crédito

O mercado de crédito bancário desempenha um papel fundamental no crescimento econômico, impulsionando o consumo das famílias e os investimentos das empresas. O Banco Central utiliza políticas monetárias para regular o ritmo da atividade econômica e, como resultado, controlar os níveis de inflação (Assis, 2019).

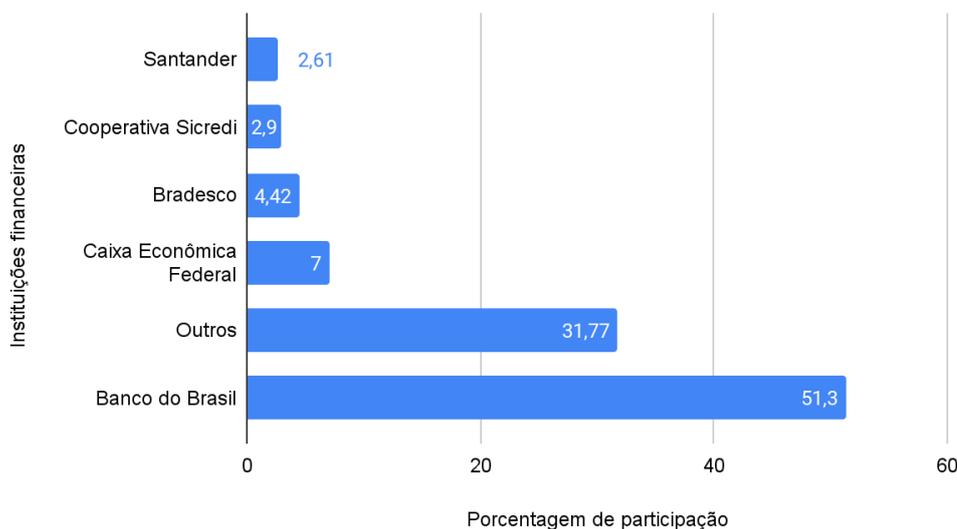
O Brasil tem as maiores taxas de juros reais entre as 40 grandes economias mundiais, de acordo com um ranking do site Moneyou. Embora alguns países tenham taxas básicas de juros mais altas do que o Brasil, nenhuma outra economia pratica juros reais mais elevados. Atualmente, quem empresta dinheiro com base na taxa básica de juros no Brasil obtém um ganho real médio cerca de 10% acima da taxa de inflação. Isso significa que os tomadores de crédito no Brasil pagam juros consideravelmente mais caros do que em muitos outros lugares do mundo (Gallas, 2023).

Conforme abordado anteriormente, os intermediários financeiros, tais como os bancos, desempenham papel crucial na economia, conectando aqueles que desejam economizar parte de suas rendas com aqueles que necessitam de empréstimos. A partir dessa ideia, a influência na escolha do intermediário financeiro para adquirir o crédito tende a ser as condições oferecidas, como, taxa de juros, prazo do contrato, carência para pagamento e atendimento qualificado. Porém, fatores particulares podem influenciar nessa escolha, como facilidade de acesso, relacionamento, entre outros (Banco Central do Brasil, 2021)

O Relatório da Economia apresentado pelo Banco Central, realiza o estudo das linhas de crédito disponíveis na pessoa física e jurídica e qual das instituições bancárias possuem a maior porcentagem de contratação no ano de 2022. As linhas de crédito analisadas são: Financiamento rurais e agro, Financiamento habitacional, Capital de giro, Crédito pessoal com consignação em folha, Crédito pessoal sem

consignação em folha e Financiamento de veículos. O Gráfico 7 apresenta o percentual de participação dos bancos na linha de crédito rural e agro.

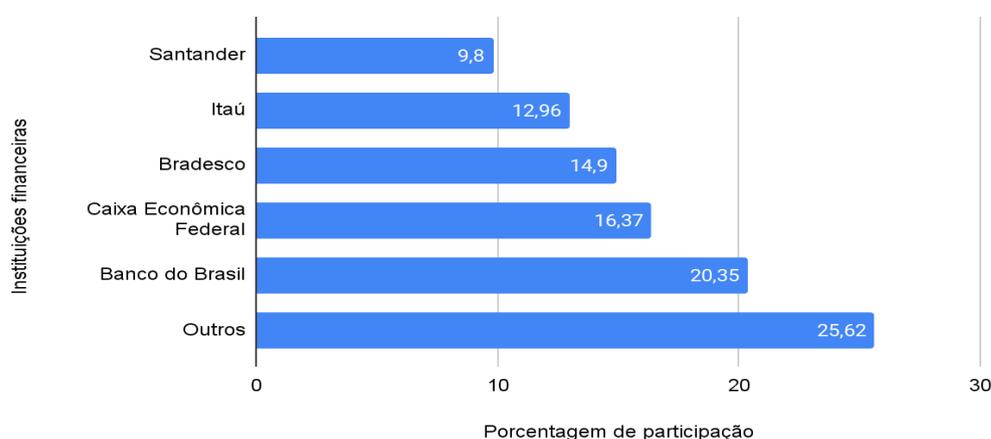
Gráfico 7 – Participação das instituições financeiras líderes em financiamentos rurais e agro PF e PJ em 2022



Fonte: Adaptado de Banco Central - Relatório da Economia bancária e crédito (2022).

Conforme gráfico 7, o Banco do Brasil possui maior concentração nas contratações de crédito rural, seguido pelo indicador “outros”, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Cooperativa Sicredi e Santander. O Gráfico 8 apresenta o percentual de participação dos bancos na de crédito pessoal com consignação.

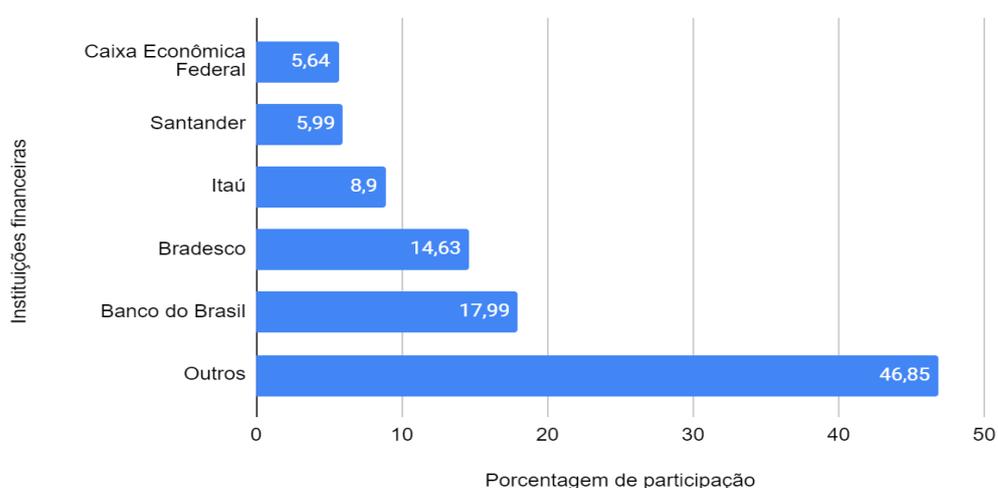
Gráfico 8 – Participação das Instituições líderes em crédito pessoal com consignação em folha PF e PJ em 2022.



Fonte: Adaptado de Banco Central - Relatório da Economia bancária e crédito (2022).

O Gráfico 8 apresenta a participação das contratações de crédito pessoal consignado se concentra no indicador “outros”, seguido pelo Banco do Brasil em segundo lugar e na sequência, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Santander. O gráfico 9 apresenta o percentual de participação dos bancos na linha de crédito pessoal sem consignação.

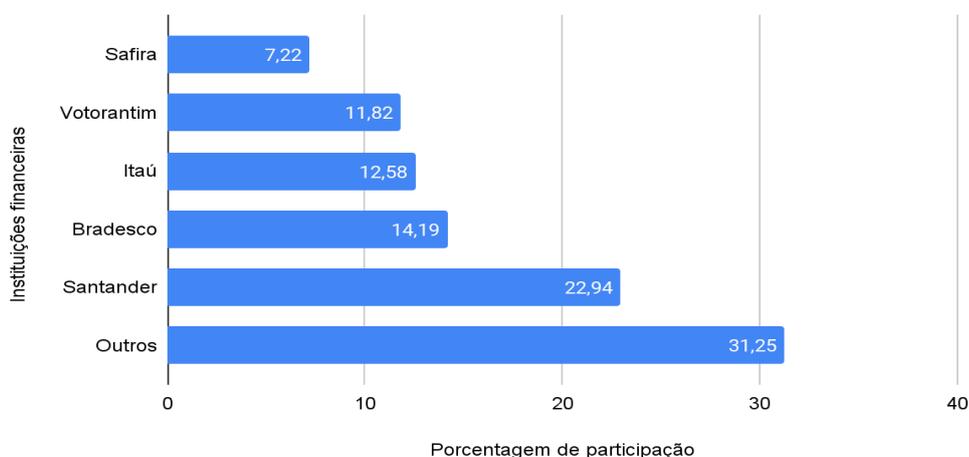
Gráfico 9 – Participação das instituições líderes em crédito pessoal sem consignação em folha PF em 2022



Fonte: Adaptado de Banco Central - Relatório da Economia bancária e crédito (2022).

A contratação do crédito pessoal sem consignação que consta no Gráfico 9, assim como o crédito consignado possui maior concentração de contratação na opção “outros”, seguindo pelo Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander e Caixa Econômica Federal. O Gráfico 10 apresenta o percentual de participação dos bancos na linha de financiamento de veículos.

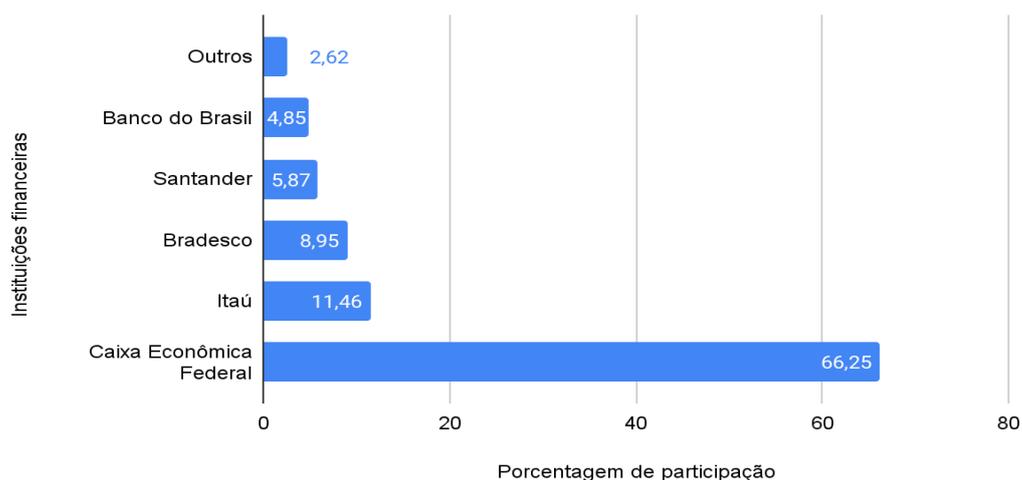
Gráfico 10 – Participação das instituições líderes em financiamento de veículos PF em 2022



Fonte: Adaptado de Banco Central- Relatório da Economia bancária e Crédito (2022).

A maior porcentagem de contratações no ano de 2022 em financiamentos de veículos, com base no gráfico 10, assim como nos créditos pessoais com e sem consignado é no indicador “outros”, seguido pelo Banco Santander, Bradesco, Itaú, Votorantim e Safira. O Gráfico 11 apresenta o percentual de participação dos bancos na linha de financiamento habitacional.

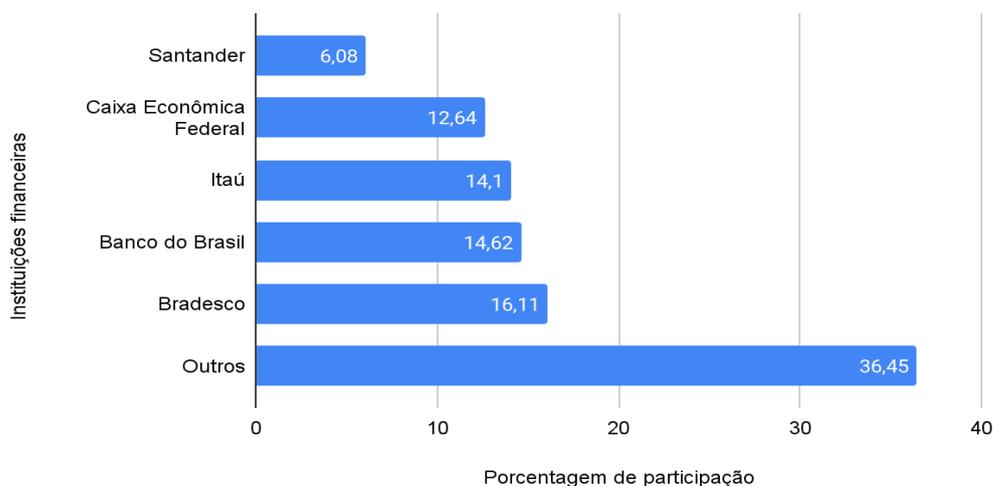
Gráfico 11 – Participação das instituições líderes em financiamentos habitacionais PF e PJ em 2022



Fonte: Adaptado de Banco Central - Relatório da Economia bancária e crédito (2022).

A liderança na linha de financiamento habitacional do gráfico 11 é da Caixa Econômica Federal, seguida pelo Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil. O Gráfico 12 apresenta o percentual de participação dos bancos na linha de capital de giro.

Gráfico 12 – Participação das instituições líderes em capital de giro em 2022



Fonte: Adaptado de Banco Central - Relatório da Economia bancária e crédito (2022).

A participação na linha capital de giro do Gráfico 12 também é liderada pelo indicador “outros”, seguido pelo Banco Bradesco, Banco do Brasil, Itaú, Caixa Econômica Federal e Santander.

Por mais que as taxas de juros e o *spread* bancário no Brasil sejam elevadas, as quantidades de contratações de crédito são significativas. Em novembro de 2022, o Sistema Financeiro Nacional contabilizou o volume de R\$5,3 trilhões em contratações de crédito. Dentre todas as instituições financeiras que fornecem crédito, as quatro maiores, em ordem decrescente, são: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú e Bradesco. (Estatísticas monetárias e de crédito, 2022)

A partir dos gráficos publicados pelo Banco Central, pode-se concluir que a centralização de crédito das instituições depende da linha, não existe uma total concentração em somente uma instituição. A linha de financiamento habitacional possui maior concentração na Caixa Econômica Federal, pois dispõe de menores taxas e linhas diferenciadas como o “Minha Casa Minha Vida”. Outra linha de crédito que possui destaque, é o financiamento rural e agro, no ano de 2022 o banco que obteve mais contratações foi o Banco do Brasil, que assim como a caixa, possui linhas especiais de custeio agrícola, se destacando das demais instituições.

Observa-se a concentração na opção “outros” nas linhas de crédito pessoal, consignado, financiamento de veículos e capital de giro, sendo possível se justificar

pelo avanço dos bancos digitais que não estão listados nas pesquisas do Banco Central, mas que vem crescendo no mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o comportamento do *spread* bancário do Sistema Financeiro Nacional no período de 2018 a 2022, bem como, apresentar o que é o *spread* bancário. A fim de estimar quais fatores são determinantes no *spread* bancário, foram utilizados os relatórios da economia bancária, publicados pelo Banco Central anualmente. Diversos estudos são publicados sobre o tema, pois o *spread* bancário influencia não somente no custo do crédito para o tomador, mas também no resultado da instituição financeira na operação.

As principais características identificadas do *spread* incluem margem de lucro, risco de crédito, custo de captação, disponibilidade de crédito, política monetária, concorrência do mercado financeiro e política econômica. Outra característica é origem da mensuração do *spread*, que pode ser alinhada de duas formas: *ex-ante* ou *ex-post*. O *spread ex-ante* é avaliado a partir das expectativas das instituições financeiras no momento da concessão do crédito, e o *spread ex-post* é o diferencial efetivamente obtido entre as receitas de intermediação financeira e dos custos de captação, utilizado nos relatórios apresentados pelo Banco Central.

A identificação da decomposição do cálculo do *spread*, foi realizada através da análise dos relatórios da economia do Banco Central e evidenciou que os principais fatores determinantes do valor anual do *spread* bancário são a soma dos itens: inadimplência, despesas administrativas, tributos e FGC e margem do ICC. Porém, diversos autores destacam que a variação do *spread* é influenciada por indicadores macroeconômicos, como: PIB, IPCA e Selic, bem como também, o nível de inadimplência dos produtos individualmente, inseguranças jurídicas e cenário econômico e político.

Através da análise da causa das variações do *spread* nos últimos cinco anos, conclui-se que a inadimplência é o indicador que carrega a maior porcentagem na decomposição do *spread* bancário e isso é reflexo historicamente recorrente no Brasil, pois o índice de endividamento das famílias e empresas brasileiras vem aumentando com o passar dos anos e, no período analisado, isso se justifica pelas mudanças no cenário político, economia desafiadora, juros altos, desemprego, e redução da renda familiar causada pela pandemia do Coronavírus.

Por fim, na análise da participação dos bancos nas linhas de crédito, conclui-se que não existe uma concentração total de contratação de crédito em somente um banco, deste modo, a concorrência se mantém equilibrada. Por mais que as taxas de juros e o *spread* bancário no Brasil sejam elevadas, as quantidades de contratações de crédito são significativas, as quatro maiores instituições financeiras hoje no Brasil, segundo o Banco Central, são: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú e Bradesco. Existem diversas linhas de crédito disponíveis no mercado, a influência na escolha do intermediário financeiro para adquirir o crédito tende a ser as condições oferecidas, como, taxa de juros, prazo do contrato, carência para pagamento e atendimento qualificado.

Dessa maneira, considerando tudo que foi exposto acima, entende-se que o presente estudo pode contribuir com o meio acadêmico ao ponto que traz um estudo pouco discutido a nível de Univates, podendo ser expandido e aprimorado em estudos futuros, abordando a decomposição do *spread* do ICC para diferentes segmentos de instituições financeiras, classificadas segundo suas características operacionais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edgar Gomes de; Silva, Lucas da Silva e. **Sistema Financeiro Nacional**. 1. ed. Editora Método, 2017.

AFANASIEFF, Tarsila S.; LHACER, Priscila M. V.; NAKANE, Márcio I. The Determinants of Bank Interest Spread in Brazil. **Money Affairs**, v.15, n. 2, p. 183–207, 2002.

AFONSO, J. R.; KÖHLER, M. A. e FREITAS P. S. (2009). **Evolução e determinantes do spread bancário no Brasil**. Texto para discussão 61 - Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal (disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/162312/61.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>). Acesso em: 15 abr. 2023.

AGAPOVA, A.; MCNULTY, J. E. Interest rate spreads and emerging markets: an application to the banking systems of the transition economies of central and eastern europe. **International Review of Financial Analysis**. n.47, p.154–165. 2015.

ALMEIDA, Fernanda Dantas; DIVINO, José Angelo. Determinants of the banking spread in the Brazilian economy: The role of micro and macroeconomic factors. **International Review of Economics & Finance**, v. 40, p. 29-39, 2015.

ARONOVICH, S. Uma nota sobre os efeitos da inflação e do nível de atividade sobre o spread bancário. **Revista Brasileira de Economia**, v. 48, n. 1, p. 125-140, 1994.

ASSIS, Marcello Vinicius Cossio de. **Determinantes do spread bancário de crédito de recursos livres no Brasil**: uma análise por produto. 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/26223/DETERMINANTES%20DO%20SPREAD%20BANC%C3%81RIO%20DE%20CR%C3%89DITO%20DE%20RECURSOS%20LIVRES%20NO%20BRASIL%20UMA%20AN%C3%81LISE%20POR%20PRODUTO.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2002. **Economia bancária e crédito: avaliação de três anos do projeto Juros e spread bancário no Brasil**. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/ftp/jurosread122002.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2008. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2008.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2016. **Juros e Spread Bancário**. Disponível em: <http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/269/2020/01/Texto-Aula-3-Taxa-de-juros-e-spread-banc%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2018. **Relatório de Economia Bancária 2018**.

Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb_2018.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2020. **Relatório de Economia Bancária 2020**.

Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb_2020.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2021. **Relatório de Economia Bancária 2021**.

Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb_2021.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2023a. **O que é cooperativa de crédito?**

Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp?frame=1>.

Acesso em: 15 abr. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2023b. **Comitê de Política Monetária (Copom)**.

Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/copom>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza.

Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BERQUÓ, Anna Taddei Alves Pereira Pinto. A regulação dos sistemas monetário e financeiro. **Prima Facie-Direito, História e Política**, v. 5, n. 8, 2006.

BEUREN, Ilse M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BIGNOTTO, Fernando G.; RODRIGUES, Eduardo A. S. **Fatores de risco e o spread bancário no Brasil**. Banco Central do Brasil, n. 110. 2005.

BONIN, J. A. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, ano 2008, v. 15, n. 37, p. 121-127, dezembro 2008.

CARVALHO, F. C. **Entendendo a recente crise financeira global**. In: Dossiê da Crise. Associação Brasileira Keynesiana, 2008.

CAVALCANTE, Francisco. **Mercado de Capitais**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

CAVALCANTI, F. D. O.; GUTIERREZ, C. E. C.; FIGUEIREDO, J. F. M. Determinantes do spread bancário no Brasil e os efeitos do Acordo de Basileia III. **Economia Aplicada**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 293-322, 2021. DOI: 10.11606/1980-5330/ea173229. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/173229>. Acesso em: 11 abr. 2023.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL - CMN. **Resolução CMN 2.099, de 1994**. Disponível: <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bc.asp?frame=1>. Acesso em: 15 abr. 2023.

COSTA, Francisco Burnier. 2020. **O spread bancário no Brasil: seus determinantes e implementação de medidas voltadas para sua redução**. Disponível em: https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Francisco_Burnier_Costa_Mono_20.1.pdf. Acesso em: 10 out. 2023

DANTAS, J. A.; MEDEIROS, O. R.; CAPELLETTO, L. R. Determinantes do spread bancário ex-post no mercado brasileiro. RAM, **Revista de Administração Mackenzie**. São Paulo, v.13, n.4. p.48-74, jul-ago. 2012.

FERREIRA, João Vitor Queiroz. 2019. **O spread bancário no brasil: uma análise Macroeconomica das variáveis que o afetam e da Distribuição de crédito no país (2011-2018)**. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/42025/1/FERREIRA%20Jo%20Vitor%20Queiroz.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

FICHE, Marcelo Estrela. **Spread Bancário no Brasil – 70p**. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da informação e documentação departamento de Economia, outubro, 2015.

G1. **Retrospectiva 2018**: a economia brasileira em 6 gráficos. Disponível em: <https://g1.globo.com/retrospectiva/2018/noticia/2018/12/21/retrospectiva-2018-a-economia-brasileira-em-6-graficos.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2023.

G1. **Retrospectiva 2019**: a economia brasileira em sete gráficos. Disponível em: <https://g1.globo.com/retrospectiva/2019/noticia/2019/12/17/retrospectiva-2019-a-economia-brasileira-em-sete-graficos.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2023.

GALLAS, Daniel. **Por que Brasil seguirá sendo campeão mundial 'disparado' de juros altos**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6pwgd2z5k8o#:~:text=Um%20ranking%20do%20Banco%20Mundial,maior%20spread%20banc%C3%A1rio%20do%20mundo>. Acesso em: 15 out. 2023.

GERBELLI, Luiz Guilherme. **Economia em 2022**: Brasil deve ter mais um ano perdido e flertar com recessão. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/01/01/economia-em-2022-brasil-deve-ter-mais-um-ano-perdido-e-flertar-com-recessao.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 10. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPES, Jeronimo Vomir. **Determinantes do spread bancário no Brasil**. 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4071/Jer%c3%b4nimoV.Lopes.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MISHKIN, F. S. **Moedas, bancos e mercados financeiros**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

NAIME, Laura. **Um ano de turbilhão na economia**: veja o que se esperava para 2021 – e o que de fato aconteceu. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/18/um-ano-de-turbilhao-na-economia-veja-o-que-se-esperava-para-2021-e-o-que-de-fato-aconteceu.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2023.

PRATES, D. M. As assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional. **Rev. Econ. Contemp.**, v. 9, n. 2, p. 263-288, maio/ago. 2005.

PRUDENTE, João Pedro Souza. **Spread bancário e seus determinantes**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.insper.edu.br/bitstream/11224/3726/1/JO%C3%83O%20PEDRO%20SOUZA%20PRUDENTE%20-%20Trabalho.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar. **Metodologia da pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
SOUZA, Gustavo José de Guimarães. **A Interação entre a dinâmica macroeconômica e os bancos: uma perspectiva acerca do risco de crédito**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense. 2007.

SOUZA, M. T. S; SILVA, M. D; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Rev. Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.
VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIEIRA, José Augusto Gomes. PEREIRA, Heider Felipe Silva. PEREIRA, Wilton Ney do Amaral. Histórico do Sistema Financeiro Nacional. **E-locação - Revista científica da FAEX**. Edição 02, Ano 1, 2012.

VINHADO, Fernando da Silva. **Determinantes da Rentabilidade das Instituições Financeiras no Brasil**: Uma Aplicação em Painel Dinâmico. 2010, 82 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação stricto sensu em Economia de Empresas da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/624/1/Texto%20completo%20Fernando%20Vinhado%20-%202009.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2023.



UNIVATES

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09